



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

184  
70

**Agravo de instrumento nº 327670-2 - Comarca da Pedra**

**Agravante:** Município da Pedra.

**Agravado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco.

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE. RETIRADAS PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 41/2013. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A gratificação por produtividade dos profissionais do Programa Saúde da Família e do Centro de Especialidades Odontológicas tem natureza de vantagem transitória, *ad nutum*, e assim não se incorpora aos vencimentos dos servidores substituídos processualmente pelo agravado, podendo ser subtraída a qualquer tempo, desde que mediante Decreto Executivo, o que foi observado no caso em apreço. 2. Assim, verifico, ainda, que caso mantida a decisão recorrida e uma vez efetuados os pagamentos questionados, será inviável a restituição dos valores por parte dos servidores, ante a irrepetibilidade de verba alimentícia. 3. Agravo instrumental provido à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 327670-2, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 18 de 06 de 2014

  
**Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Agravo de instrumento nº 327670-2 – Comarca da Pedra**

**Agravante:** Município da Pedra.

**Agravado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo de instrumento diante de decisão interlocutória que deferiu liminarmente medida cautelar requerida pelo agravado, suspendendo os efeitos do Decreto Municipal nº 41/2013, determinando ao gestor do agravante providenciar, em 48 horas, o restabelecimento das Gratificações por Produtividade dos profissionais do Programa Saúde da Família e do Centro de Especialidades Odontológicas daquela municipalidade.

Em suas razões recursais, de fls. 02/16, aduz o agravante que a mencionada gratificação não tem natureza definitiva, podendo ser retirada do servidor a qualquer tempo, já que não se incorpora ao vencimento desde o advento da EC nº 20/98, inclusive sem qualquer necessidade de maiores fundamentações ou motivação, já que os requisitos para sua concessão e eventual retirada são os mesmos para a nomeação ou exoneração de cargo comissionado, isto é, podem ser concedidas ou retiradas *ad nutum*.

Alega ainda que esta decisão viola o art. 6º da Lei Municipal nº 1.154/07 e, por fim, que em momento algum houve repasse de recursos do Governo Federal para pagamento das referidas gratificações e que, nos autos, não há qualquer prova nesse sentido.

Pugna pela atribuição do efeito suspensivo ao presente recurso e, no mérito, pelo seu provimento, a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Em decisão interlocutória, de fls. 127, houve o deferimento do pedido requerido.

Contrarrazões de fls. 132/140, alega o agravado que o Decreto nº 41/2013 retirou a gratificação por produtividade dos profissionais de saúde vinculados ao Programa de Atenção Básica executado no Município da Pedra em parceria com os governos federal e estadual, que a fundamentação do referido Decreto foi genérica e não permite controle e fiscalização dos motivos determinantes do ato, que não merece respaldo o argumento do agravante que o corte da gratificação dos servidores seja essencial para a manutenção das despesas, pois os valores repassados pela União, sozinhos, sustentam o Programa de Atenção Básica, que se o Município está fora dos limites de responsabilidade fiscal deve proceder a cortes em setores administrativos sustentados por recursos não vinculados, o que não se traduz no caso em questão, que o Decreto mencionado afrontou o art. 167, VI, da CF e os arts. 71 e

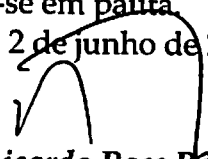
72 da Lei nº 4.320/64 e que o Decreto é nulo porque, além de possuir motivação genérica, o motivo indicado não pode ser aplicado aos recursos vinculados ao Programa de Atenção Básica.

Parecer da Procuradoria de Justiça de fls. 172/175, pelo não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 2 de junho de 2014

  
**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto*

**Agravo de instrumento nº 327670-2 – Comarca da Pedra**

**Agravante:** Município da Pedra.

**Agravado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco.

**VOTO**

A controvérsia devolvida ao conhecimento do tribunal no caso concreto está afeta à avaliação do acerto, ou não, da decisão recorrida que determinou liminarmente o restabelecimento dos pagamentos das Gratificações por Produtividade dos profissionais do Programa Saúde da Família e do Centro de Especialidades Odontológicas da municipalidade agravante, as quais subtraídas em decorrência do Decreto Municipal nº 41/2013.

Pois bem, do que se examina nos autos, a referenciada gratificação foi instituída pela Lei Municipal nº 1.154/2007, que em seu art. 6º assim dispõe, *verbis*:

Art. 6º - A concessão de gratificação autorizada por esta Lei não tem natureza contínua nem aplicação imediata, podendo ser dispensada mediante Decreto Executivo.

Vê-se, portanto, que essa gratificação tem natureza de vantagem transitória, *ad nutum*, e assim não se incorpora aos vencimentos dos servidores substituídos processualmente pelo agravado, podendo ser subtraída a qualquer tempo, desde que mediante Decreto Executivo, o que foi observado no caso em apreço.

No sentido posto, confira-se aresto do STJ adiante ementado, com grifo para destaque:

PROCESSUAL CIVIL. FATO POSTERIOR A PROPOSITURA DA AÇÃO. INFLUENCIA NA DECISÃO. CONHECIMENTO 2. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PUBLICO. PERDA DE GRATIFICAÇÃO. RESTITUIÇÃO DA VANTAGEM PECUNIARIA. DESCABIMENTO. 3. CONVERSÃO DO SISTEMA. INCORPORAÇÃO DE ANUENIO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA 3. SEÇÃO. 1. OS FATOS CONSTITUTIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DE DIREITO QUE SURTIREM DEPOIS DA PROPOSITURA DA AÇÃO DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO PELO JULGADOR A TEOR DO ART. 462 DO CPC. 2. NÃO É POSSIVEL RESTABELECER-SE A VANTAGEM PECUNIARIA DE VALORES RECEBIDOS A TITULO DE GRATIFICAÇÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR, POIS A NATUREZA DO INSTITUTO E A DEMISSIBILIDADE "AD NUTUM", NÃO GERANDO QUALQUER DIREITO ADQUIRIDO, POIS NÃO SE CARACTERIZA ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE TRABALHO A REVERSÃO AS FUNÇÕES ORIGINAIS, A TEOR DO ART. 468, PARAGRAFO UNICO DA CLT. 3. PACIFICOU A 3. SEÇÃO DO STJ O ENTENDIMENTO DE QUE NÃO É

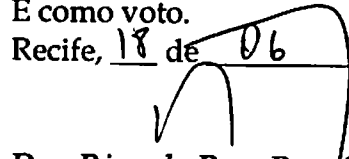
DEVIDO, POR OCASIÃO DA CONVERSÃO DO REGIME CELETISTA AO ESTATUTARIO, A CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE ANUENIO, LICENÇA-PREMIO, INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO. 4. RECURSO NÃO CONHECIDO (REsp 25478, T5, rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 11/05/98)

Verifico, ainda, que caso mantida a decisão recorrida e uma vez efetuados os pagamentos questionados, será inviável a restituição dos valores por parte dos servidores, ante a irrepetibilidade de verba alimentícia.

Diante de todo o exposto, voto pelo provimento do presente agravo de instrumento.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

  
**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**